



ISSN 1984-5634

CONTRIBUIÇÕES DE CIRO FLAMARION CARDOSO E PIERRE VILAR PARA UMA HISTORIOGRAFIA MARXISTA DA ANTIGUIDADE

IAN CARTAXO¹

Universidade de São Paulo

Nesta comunicação será feito um balanço das contribuições de marxistas à História Econômica e Social, quando pensada para a Antiguidade, seguida por uma discussão bibliográfica sobre as contribuições recentes nesse campo teórico-metodológico, em busca de uma renovação dos estudos do marxismo sobre a Economia Romana. Procuraremos fazer uma vinculação a esse campo de pensamento, reivindicando, sobre as contribuições para a História Econômica e Social de Ciro Flamarion Cardoso e Pierre Vilar.

Primeiramente, se faz necessário compreender o que diferencia o marxismo de outras formas de se pensar a História, de maneira com que compreendamos as valências das contribuições dos pesquisadores que mobilizaram e mobilizam categorias provenientes dessa forma de se analisar a realidade social, para intervir na seara da História Econômica. Segundo Witold Kula:

Pero el marxismo no era sólo una concepción sintética de la historia económica, sino también una teoría y un programa para la práctica revolucionaria, y ambos aspectos se hallaban directamente, en el espíritu de los creadores del marxismo, de esa misma comprensión de la teoría del económico. Estol e conferia al marxismo um caráter especial y una excepcional fuerzza respecto a las demás teorías científicas, como asimismo se la daba em la actividad científica. (KULA, 1977, p. 16)

Portanto, o que destaca o marxismo perante outras fundamentações teóricas, outras visões de mundo, é justamente sua posição unificadora entre análises científicas e intervenção revolucionária militante. Fator que não passou despercebido para Pierre Vilar:

¹ Mestrando em História Econômica (PPGHE-USP) com pesquisa intitulada "Um Estudo Sobre a Função Social dos Intermediários das Finanças no Final da República Romana a Partir das Cartas de Cícero entre 51 - 50 AEC" e orientação da Prof^a. Dr^a. Ana Paula Magalhães. Telefone de contato: (21) 998847856. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4756395819781531>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4104-7027>. E-mail de contato: iancartaxo@usp.br.

EDITOR-CHEFE:

Elisa Schneider Venzon

EDITORA-GERENTE:

Leandro Ferreira Souza

COMO CITAR:

CARTAXO, I. Contribuições de Ciro Flamarion Cardoso e Pierre Vilar para uma Historiografia Marxista da Antiguidade. *Aedos*, Porto Alegre, v.16, n.35, p.228-232, jan.–jun., 2024.

<https://seer.ufrgs.br/aedos/>

(...) o marxismo estabelece um laço (e é, sem dúvida, simultaneamente seu direito e dever) entre a atitude militante e uma actividade global na qual se insere naturalmente a sua actividade profissional. (...) É raro que o historiador erudito, o historiador por vocação, possa conciliar o seu trabalho quotidiano com uma acção militante. (...) o marxista encontra-se numa posição privilegiada, no sentido de que pode prestar serviço à marcha da humanidade na medida em que pensa correctamente a história, e o movimento em frente da humanidade - até mesmo nas suas complexidades e nas suas regressões, atrasos e dificuldades - é para ele uma constante lição de história. Não pode haver contradição entre a atitude científica e o empenhamento, precisamente porque o empenhamento consiste na atitude científica. (VILAR, 1982, p. 193)

E Kula segue com a seguinte posição:

Desde la aparición del marxismo, los puntos en litigio dentro de la ciencia habrían de ser los siguientes:

- a) La existência misma de las regularidades de desarrollo,
- b) Su carácter,
- c) Su contenido,
- d) Las conclusiones extraídas (KULA, 1977, p. 18).

Esta precisa apresentação de Witold Kula nos permite ter uma primeira impressão sobre a forma com que os marxistas se apropriaram dos debates concernentes à História Econômica, em princípios do século XX. Para além disso, uma tentativa de sistematização dos métodos da História Econômica, tendo em vista uma perspectiva no marxismo, está no livro *Os Métodos da História: Introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social* de Ciro Flamarion Santana Cardoso e Héctor Pérez Brignoli. Nessa obra, os autores apresentam o desenvolvimento da História Econômica, com um caráter de “apresentação ao tema” que, sendo tal o objetivo do livro, de fato possui a capacidade de introduzir o leitor às complexas metodologias inseridas nessa seara teórica. Sobre a influência que o marxismo vai ter nas searas da História, os autores Cardoso e Brignoli observam que:

Naturalmente, esta influência foi sensível, principalmente, no campo da História Econômica, exercendo-se nos mais diversos planos: as discussões sobre a importância e os alcances do econômico, o conceito de capitalismo, o debate sobre suas origens, etc., (...) Podemos resumir a influência de Marx sobre a historiografia contemporânea em três pontos fundamentais:

- 1º o estímulo a estudos de processos econômicos e sociais a longo prazo, incluindo uma análise das consequências sociais das transformações tecnológicas e econômicas;
- 2º um renovado interesse pela pesquisa sobre classes sociais e o papel dos movimentos de massa na história;
- 3º uma crescente preocupação com os problemas de interpretação e, especialmente, com o estudo das leis ou mecanismos de evolução das sociedades e por sua comparação. (CARDOSO; BRIGNOLI, 1979, p. 83)

O aparato teórico-metodológico formulado e sistematizado por Cardoso e Brignoli já aparecia em formulações do final dos anos 1950 de Pierre Vilar. No caso, o historiador francês se notabilizou por debater nos Congressos e Conferências da área da História Econômica na Europa a utilização do marxismo para pensar a ciência histórica. Fundamentalmente, suas críticas foram direcionadas à concepção burguesa de produção do conhecimento na Academia, ou seja, à compartimentalização dos saberes, Vilar defendia que:

(...) a constante *interação* entre *todos* os factores que determinam o funcionamento das sociedades e as suas transformações lentas ou brutais, factores que não são *apenas* de ordem económica, mas também não podem ser somente de ordem demográfica, ou climática, ou biológica, ou política, ou psicológica. A história *parte* da *observação* de *todos* os factores (...). (VILAR, 1982, p. 9)

Essa necessidade de se analisar a economia inserindo-a no todo social, na totalidade, está em comum acordo com a seguinte observação de Cardoso:

Não pretendo negar que o surgimento da economia política se tenha ligado, historicamente, a uma autonomia relativamente maior, nas sociedades modernas, do econômico na totalidade social. Também não nego que o peso dos fatores extra-econômicos na reprodução da sociedade global seja maior no pré-capitalismo – se bem que, como disse Pierre Vilar, a sociedade capitalista também não pode ser pensada sem a cristalização pelo direito e no direito da propriedade privada, isto é, da apropriação (usurpação da terra, dos capitalistas e dos bens de produção). (CARDOSO, 1994, p. 176)

E, posteriormente, Cardoso estabelece a diferença fundamental entre a noção de economia para o pensamento burguês e para o marxismo, ao criticar as concepções de pré-capitalismo de Antônio Barros de Castro e Raúl Olmedo, que, segundo sua apuração, mais se assemelhavam às concepções neoclássicas:

É provável, por outro lado, que tanto Olmedo quanto Castro tenham raciocinado a partir da concepção restritiva atualmente vigente sobre o que é “o econômico” – concepção resultante de correntes como o marginalismo, e também do surgimento de disciplinas especializadas entre as quais barreiras acadêmicas foram elevadas (economia, sociologia, demografia, antropologia, etc.). Em contraste, na economia política marxista a concepção do “econômico” é muito mais ampla (...). (CARDOSO, 1994, p. 178)

Mas, apesar dessas importantes formulações, não houve nenhum grupo permanente organizado para formulações marxistas na História Antiga e, foi apenas na década de 1980, a partir de influência de historiadores ligados ao Partido Comunista Italiano (PCI) e ao Instituto Gramsci, que foi organizado um Seminário onde se visou fazer uma rediscussão do pensamento marxiano voltado para a Antiguidade. Contou com membros pesquisadores italianos como Andrea Giardina, Aldo Schiavone e Luigi Capogrossi Colognesi – além de ter contado com a contribuição de Antonio La Penna e Ettore Lepore. Esse seminário, que se cunhou chamar *Seminario di Antichistica*, teve direta influência de um debate de resgate do estudo do pensamento de Karl Marx, por consequência da publicação dos *Grundrisse* em anos anteriores²:

The Seminario di Antichistica, instituted in 1974 by young scholars such as Andrea Giardina (1949), Aldo Schiavone (1944) or slightly more senior ones, like Luigi Capogrossi Colognesi (1935), with the contribution of a few established figures, like the aforementioned Antonio La Penna (1925) and Ettore Lepore (1924-1990). The results of the theoretical effort of the group can be found in *Analisi Marxista e Società Antiche* (1978) and informed a rich discussion around the concept of the slave-owning mode of production. The largest part of the intellectual production of the Seminario, however, was published in three volumes, edited by Giardina and Schiavone in 1981. (ZUCHETTI, 2021, p. 17)

Ainda que o *Seminarario* tenha sido importante para pensar uma produção marxista sobre a Economia Antiga, o grupo possui algumas limitações epistemológicas. Em primeira medida, a influência

² Essa publicação do então inédito texto de Marx causou um impacto no movimento marxista globalmente como observaram Cardoso e Brignoli (CARDOSO; BRIGNOLI, 1979, p. 77).

dos estudos de Gramsci aparentou ser muito mais “etérea” do que propriamente conceitual³. O foco estava em se investigar, quase que exclusivamente, aspectos produtivos na Antiguidade, voltados para um aprofundamento do modo de produção escravista. E sobre essa questão, Emílio Zucchetti chegou à seguinte conclusão:

The same programme informed the choice of topics for the papers that constituted the third volume of *Società antica e produzione schiavistica*, where, however, Gramsci is never explicitly discussed. While the first two volumes deal with the Marxian programme that the group set itself, the third volume contains seven papers, generally focused on the interactions between socio-economic bases and superstructure, and particularly on law and ethical models. The aim of such a programme seems to be a discussion of the social norms and models that organised what Gramsci called “common sense”. (ZUCHETTI, 2021, p. 19)

Porém, ainda que tenha tido suas limitações, o *Semminario* a nosso ver, potencializou um marco para os historiadores marxistas da Antiguidade. Tanto em termos de análise quanto em termos de discussão. Até então não havia registro de um grupo formado com o objetivo de aprofundar os estudos marxistas – com uma pretensa influência de Gramsci – na História Antiga.

Além do mais, um grupo que vem desenvolvendo na atualidade uma tentativa de se renovar os estudos gramscianos sobre a Antiguidade, seja em aspectos econômicos ou não, é o *Gramsci's Network Research* (Rede de pesquisas de Gramsci) Esse grupo surgiu em 2017 na Universidade de Newcastle a partir de uma conferência denominada *Antonio Gramsci and the Ancient World*. O evento pretendeu reunir pesquisadores que estivessem produzindo pesquisas sobre a História Antiga utilizando categorias gramscianas ou a partir de paradigmas gramscianos.

Os objetivos desse evento eram principalmente dois: mobilizar os pesquisadores marxistas da História Antiga de diversos países em torno de um grupo organizado – são poucos os marxistas que se debruçam hoje em História Antiga quanto mais em um grupo para aprofundamento de pesquisas acadêmicas⁴ – detendo, por conta disso, um caráter objetivamente internacional; e, ainda, incentivar a criação de novos eventos para gerar acúmulos historiográficos acerca desse tema, tal qual divulgar *papers* e demais produções bibliográficas para uma maior atualização da seara marxista na Antiguidade.

CONCLUSÃO

A presente comunicação teve como finalidade apresentar um breve balanço das contribuições marxistas para a História Econômica e Social na Antiguidade. Entendemos que é necessário distinguir as diferentes escolas de pensamento que tão comumente são citadas pelos historiadores que possuem afinidades teórico-metodológicas com eixo X ou Y. E além mesmo pelo fato de haver historiadores

3 E como observou Emílio Zucchetti “the focus of the Seminario's research is more on Marxian approaches, and particularly on the ideas expressed in Marx's *Formen, die der kapitalischen Produktion vorhergehen* (1857 – 1858). In *Analisi Marxista, Gramsci is evoked only in Massimo Brutti's introduction and in La Penna's intervento, a speech in response to the papers presented during the conference from which the book originated. Brutti first mentions and discusses Gramsci's notes about Corrado Barbagallo and Ettore Ciccotti*” (ZUCHETTI, 2021, p. 18).

4 Também existe atualmente no Brasil o Centro Ciro Cardoso de Pesquisa do Pré-Capitalismo (CCCP-Prék) que vem desenvolvendo um trabalho bem qualificado no aprofundamento de paradigmas caros ao marxismo em formações sociais pré-capitalistas. Abarcando não somente formações sociais do Mediterrâneo Antigo, mas também Asiáticas e mesmo de outras temporalidades como a Europa Medieval. Uma produção recente desse grupo pode ser encontrada na seguinte edição da Revista *Sociedades precapitalistas da Universidad de La Plata: Dossier: os Camponeses na História “Dossier: Los Campesinos en la Historia”*. Buenos Aires: *Sociedades precapitalistas – Centro de Estudios de Sociedades Precapitalistas Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación Universidad Nacional de La Plata*, enero-diciembre 2021, v. 11, ISSN 2250 – 5121.

que, pretensamente, procuram se desvincular de filiações historiográficas, o que acaba por criar uma forma generalizada e, até mesmo, homogeneizada de afinidades teóricas.

Apesar disso, temos consciência que esta comunicação é apenas uma breve introdução. Nosso objetivo foi o de atender às demandas de jovens pesquisadores que possuem interesse em se aprofundar nos debates prementes à História Econômica e Social na Antiguidade, mas que possuem dificuldade de acesso às discussões, por serem concentradas no centro do capitalismo e com poucas renovações e divulgação na Academia brasileira. Portanto, procuramos redigir um artigo que tivesse caráter de “primeiros passos” nos estudos e investigações de novos historiadores que tenham como interesse se aprofundar nas problemáticas econômicas e sociais na História Antiga e no Pré-Capitalismo, como um todo.

REFERÊNCIAS

- CARDOSO, Ciro Flamarion. A economia e as concepções econômicas no Egito faraônico: síntese de alguns debates. *História Econômica e História de Empresas*, v.1, p. 151–177, 2003.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Sete Olhares Sobre a Antiguidade*. Brasília, UnB, 1994.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor. *Os Métodos da História: Introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci um estudo do seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989.
- “Dossier: Los Campesinos en la Historia“. Buenos Aires: *Sociedades precapitalistas – Centro de Estudios de Sociedades Precapitalistas Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación Universidad Nacional de La Plata*, enero-diciembre 2021, v. 11, ISSN 2250-5121.
- KULA, Witold. *Problemas y métodos de la Historia Económica*. Barcelona: Península, 1977.
- MARTINS, Angela Maria Souza; NEVES, Lucia Maria Wanderley. Cultura, Educação, Dominação: Gramsci, Thompson, Williams. *Revista HISTEDBR on-line*, Campinas, nº 55, p. 73-93, 2014.
- STE. CROIX, Geoffrey. *The Class Struggle in the Ancient Greek World: From the Archaic Age to the Arab Conquest*. Nova Iorque: Cornell University Press, 1981.
- VILAR, Pierre. *Desenvolvimento Econômico e Análise Histórica*. Lisboa: Editorial Presença, 1982.
- ZUCCHETTI, Emilio; CIMINO, Ana Maria. (orgs). *Antonio Gramsci and the Ancient World*. Londres: Routledge, 2021.



ISSN 1984-5634

AS RELAÇÕES ENTRE DEPENDÊNCIA E RACISMO: UM DEBATE NECESSÁRIO

DANILO AUGUSTO DA SILVA HORTA¹

Universidade Estadual de Campinas

Os diálogos existentes entre os campos da economia e da história são, sem sombra de dúvidas, muito potentes. Tais diálogos, possibilitados pela existência de métodos e instrumentos teóricos que capacitam os analistas e investigadores a realizarem pesquisas complexas, trazem enormes benefícios para a compreensão de realidades socioeconômicas em períodos históricos distintos. O método e os instrumentos teóricos marxistas, cuja relevância e influência perpassam as mais diversas áreas dos estudos humanos e sociais, estão entre os instrumentos teóricos e metodológicos que possibilitam a realização de diálogos entre os campos econômicos e históricos (especialmente porque esse diálogo é basilar para o método materialista histórico-dialético). Este trabalho é fruto de uma pesquisa que se desenvolve a partir da interconexão entre conhecimentos econômicos e históricos, e cuja metodologia é o método materialista histórico-dialético.

Em essência, o presente trabalho tem por objetivo principal argumentar em prol de um debate entre a Teoria Marxista da Dependência (TMD) e a questão racial na América Latina. Mais especificamente, pretende-se demonstrar que a categoria da superexploração da força de trabalho, desenvolvida por Ruy Mauro Marini, um dos principais teóricos da TMD, só pode ser compreendida, em sua concretude, a partir de uma análise que leve em consideração os efeitos estruturantes que o racismo possui nas economias dependentes. Apesar de se constituir em um debate teórico, defendemos que este seja fundamental e que as conclusões retiradas deles capacitem outros pesquisadores a empreender pesquisas no campo da história e em diversos outros campos das humanidades. A fim de atingir os objetivos tratados neste texto, repartimos o presente resumo expandido em 3 seções, sem contar com esta introdução. Na primeira buscamos discorrer sobre a situação de dependência econômica e sobre a centralidade da superexploração do trabalho para as economias dependentes,

EDITOR-CHEFE:

Elisa Schneider Venzon

EDITORA-GERENTE:

Leandro Ferreira Souza

COMO CITAR:

HORTA, D. A. S. As relações entre dependência e racismo: um debate necessário. *Aedos*, Porto Alegre, v. 16, n. 35, p. 233-239, jan.–jun., 2024.

<https://seer.ufrgs.br/aedos/>

¹ Mestrando em Ciência Política na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Bolsista de mestrado do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6033-0536>. E-mail: danilosilvahorta@gmail.com.

focando nos desenvolvimentos teóricos de Ruy Mauro Marini; na segunda seção buscamos discorrer sobre a centralidade do racismo nas economias latino-americanas e argumentar em prol de uma relação deste com questões envolvendo a situação econômico-dependente e a superexploração do trabalho. Por fim, realizamos as considerações finais.

A SITUAÇÃO DEPENDENTE E A SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO NA AMÉRICA LATINA: UM DEBATE A PARTIR DE RUY MAURO MARINI

A Teoria da Dependência é uma das principais teorias econômicas, sociológicas e políticas advindas da América Latina. Sua influência foi gigantesca, não apenas na região latino-americana, mas em nível global. Apesar de ser aceita e absorvida em vários centros acadêmicos e políticos latino-americanos e internacionais, é fundamental destacar que esta teoria se subdivide em duas vertentes teóricas distintas: a weberiana e a marxista. Enquanto a vertente weberiana foi aceita com facilidade, tendo como seus principais autores Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, a teoria marxista foi, por muito tempo, marginalizada das academias latino-americanas (especialmente da brasileira) e mundial. Nas últimas décadas observamos um enorme esforço de resgate e de desenvolvimento das contribuições teóricas de importantes autores da TMD, como é o caso de Vânia Bambirra; André Gunder Frank; Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini.

A recuperação, empreendida nas últimas décadas, das teorias e desenvolvimentos teóricos ligados a TMD, seria fundamental para que, na academia brasileira, fossem retomados os debates acerca da superexploração da força de trabalho, categoria analítica/conceitual desenvolvida por Ruy Mauro Marini e basilar para suas concepções teóricas. Para Ruy Mauro Marini (2017), a superexploração da força de trabalho surge como um mecanismo de compensação do valor transferido pelas economias dependentes para as economias centrais. Para compreendê-la, portanto, é fundamental discorrermos sobre as especificidades das economias dependentes e sua posição subordinada no sistema capitalista mundial.

Em seu texto mais influente, a *Dialética da Dependência*, lançado pela primeira vez em 1973, Ruy Mauro Marini (2017) descreve as especificidades das economias latino-americanas e os efeitos que tais especificidades apresentam nas dinâmicas socioeconômicas dos países da região. Partindo de uma concepção teórica baseada no método materialista histórico-dialético, o autor analisa a forma pela qual a América Latina se insere na economia mundial e os efeitos dessa inserção para o desenvolvimento e expansão do próprio capitalismo.

De maneira geral, Marini (2017) compreende que a América Latina se insere no sistema capitalista de maneira subordinada aos interesses e às demandas dos países centrais. Essa inserção se processa ao longo do desenvolvimento e expansão do capitalismo. Em um primeiro momento, a América Latina é levada a se inserir no sistema capitalista mundial para atender as demandas dos países centrais por bens-alimentícios e matérias-primas. Para Marini, a América Latina, ao cumprir sua função enquanto região primário-exportadora, seria determinante para o desenvolvimento do capitalismo, visto que é sua posição subordinada às demandas dos países centrais que assegura as condições necessárias para que estes últimos pusessem em marcha seus processos de industrialização (MARINI, 2017).

Em essência, Marini (2017) defende que a posição subordinada da região latino-americana no sistema capitalista mundial seria basilar para a transformação do eixo de acumulação nos países centrais,

que se deslocaria da produção de mais-valor absoluto para a produção de mais-valor relativo. Dito em outras palavras, a América Latina assegura condições para que, nos países centrais, a acumulação dependesse mais da elevação da capacidade produtiva (capital constante) nos processos produtivos do que da simples exploração do trabalhador, apesar disso só poder ser feito, “contraditoriamente”, a partir de uma maior exploração da força de trabalho latino-americana (MARINI, 2017).

O que importa considerar aqui é que as funções que cumpre a América Latina na economia capitalista mundial transcendem a mera resposta aos requisitos físicos induzidos pela acumulação nos países industriais. Mais além de facilitar o crescimento quantitativo destes, a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa, ou seja, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador. No entanto, o desenvolvimento da produção latino-americana, que permite à região coadjuvar com essa mudança qualitativa nos países centrais, dar-se-á fundamentalmente com base em uma maior exploração do trabalhador. É esse caráter contraditório da dependência latino-americana, que determina as relações de produção no conjunto do sistema capitalista, o que deve reter nossa atenção. (MARINI, 2017, p. 328)

Após da revolução industrial, a América Latina seria inserida na Divisão Internacional do Trabalho, mantendo-se subordinada aos países centrais (ocupando-se, portanto, da função de atender a demanda dos países centrais por bens-alimentícios, matérias-primas e insumos industriais); assim, a América Latina é levada a se especializar na produção de bens-primários, e forma, em essência, distintas estruturas econômicas primário-exportadoras (MARINI, 2017). Ao mesmo tempo em que se especializa na produção de bens-primários, os países latino-americanos se tornam mercados consumidores de produtos industriais e receptores de capital excedente (dívidas) oriundo dos países centrais (MARINI, 2017). Essa divisão não seria problemática (e prejudicial para os países dependentes) caso a lei do valor fosse respeitada. Entretanto, Marini (2017) defende que, no comércio internacional, os países centrais utilizam-se de mecanismos para burlar a lei do valor, de maneira a comercializar seus produtos com valores maiores do que seus valores reais. Isso levaria, em essência, a realização de transferências de mais-valor dos países dependentes para os países centrais:

No segundo caso – transações entre nações que trocam distintas classes de mercadorias, como manufaturas e matérias primas – o mero fato de que umas produzam bens que as outras não produzem, ou não o fazem com a mesma facilidade, permite que as primeiras iludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim uma troca desigual. Isso implica que as nações desfavorecidas devem ceder gratuitamente parte do valor que produzem, e que essa cessão ou transferência seja acentuada em favor daquele país que lhes venda mercadorias a um preço de produção mais baixo, em virtude de sua maior produtividade. (MARINI, 2017, p. 332)

A realização de transferências no comércio internacional, que se traduz numa cessão de mais-valor por parte dos capitalistas dependentes para os capitalistas dos países centrais, levaria, na concepção de Marini (2017), a existência de mecanismos de compensação do valor transferido nos países dependentes. O principal destes mecanismos é a superexploração da força de trabalho. Em essência, a superexploração da força de trabalho pode ser descrita como uma exploração do trabalho, para além das “condições normais” em uma sociedade capitalista, que cause o desgaste e a degradação prematura da força de trabalho e da saúde dos trabalhadores (MARINI, 2017). A superexploração da força de

trabalho pode se processar a partir de 3 mecanismos distintos - prolongação da jornada de trabalho; elevação da intensidade do trabalho e pagamento inferior ao valor da força de trabalho ao trabalhador, que impossibilita a recomposição de sua força de trabalho (MARINI, 2017).

Pois bem, os três mecanismos identificados – a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho – configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva (MARINI, 2017, p. 334)

A condição fundamental para que a superexploração da força de trabalho persista e se reproduza nas economias dependentes é a existência de um grande exército industrial de reserva, visto que é a possibilidade de substituição fácil e barata da mão-de-obra que assegura e propicia condições aos capitalistas de superexplorar trabalhadores e substituí-los com baixos custos (MARINI, 2017).

Apesar de estar correto em descrever as especificidades da formação econômica dos países latino-americanos, marcados pela posição subserviente na divisão internacional do trabalho e pela superexploração, entendemos que Marini, devido aos métodos utilizados para realizar suas pesquisas, deixa de observar outros elementos constitutivos das sociedades latino-americanas que são determinantes para a existência da superexploração da força de trabalho e também para a própria situação econômico-dependente. O principal desses elementos é o racismo, elemento constitutivo e determinante de diversas dinâmicas socioeconômicas presentes na América Latina.

A CENTRALIDADE DO RACISMO NAS DINÂMICAS SOCIOECONÔMICAS DOS PAÍSES LATINO-AMERICANOS

Muitos autores, buscaram e buscam compreender se e de que maneira o racismo afeta as dinâmicas socioeconômicas e políticas na América Latina. Essa busca, presente em autores das mais diversas perspectivas teóricas, foi responsável por trazer contribuições importantes para a compreensão das características socioeconômicas e políticas da região latino-americana. Apesar de se constituir em uma pesquisa da maior importância, especialmente em uma região como a América Latina, marcada por processos de colonização, escravidão e estratificação racial, são poucos os autores marxistas (pelo menos em termos relativos ao produzido por autores de outras vertentes teóricas) que se dedicam a tratar e analisar tais questões.

Ainda que observemos poucos estudos e pesquisas de cunho marxista acerca do racismo e de seus efeitos sobre as sociedades latino-americanas, as realizadas apresentam grandes contribuições, tal como é o caso dos desenvolvimentos teóricos apresentados por Clóvis Moura, Aníbal Quijano e Silvio Almeida. Ainda que alguns desses autores não sejam expressamente marxistas, é inegável que estes tiveram influência, em maior ou menor medida, da teoria marxista e de suas vertentes teóricas. Importa ressaltar que os estudos realizados por estes autores são basilares, pois não apenas buscam tratar o racismo como estrutural e, portanto, determinante de diversas dinâmicas socioeconômicas presentes na América Latina, mas também pelo fato de que estes relacionam o racismo com dinâmicas envolvendo as relações existentes entre capital e trabalho.

Aníbal Quijano (2005), em seu texto mais influente, o *Colonialidade do Poder*, descreve o racismo como estruturante, não apenas das sociedades e economias latino-americanas, mas como estruturante das próprias dinâmicas existentes no sistema capitalista mundial, tal como pode ser observado abaixo:

Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. [...] Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e consequentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial. (QUIJANO, 2005, p. 118)

Para Quijano (2005), a ideia de raça constitui um instrumento de dominação, originado de processos históricos, que resultam em uma distinção e classificação social universal da população mundial. Isso significa dizer que as distintas “racializações” têm efeitos diretos sobre a forma pela qual o sistema capitalista se estrutura e também são determinantes/estruturantes de diversas dinâmicas socioeconômicas na América Latina e no mundo, impactando, consequentemente, nas relações capital-trabalho.

As novas identidades históricas produzidas sobre a ideia de raça foram associadas à natureza dos papéis e lugares na nova estrutura global de controle do trabalho. Assim, ambos os elementos, raça e divisão do trabalho, foram estruturalmente associados e reforçando-se mutuamente, apesar de que nenhum dos dois era necessariamente dependente do outro para existir ou para transformar-se. (QUIJANO, 2005, p. 118)

A mesma relação também é realizada por Clóvis Moura (1983). Moura ao discorrer sobre a condição do negro no Brasil, aponta tanto para o fato de que o racismo e as divisões raciais presentes na sociedade brasileira serem estruturantes da economia e da sociedade brasileira quanto para o fato de que o racismo determina/influência as dinâmicas existentes entre capital e trabalho (MOURA, 1983). Para Moura, é devido a inter-relação entre racismo e relações capital-trabalho que se observa, no Brasil, uma marginalização do negro do mercado de trabalho, visto que este é relegado a ocupar os postos de trabalho mais precarizados e é extremamente afetado por condições estruturais perversas, tal como o desemprego (MOURA, 1983).

Esta divisão social do trabalho que correspondeu, na Colônia, em determinado período, a uma divisão racial do trabalho, por força da mão de obra escrava ser praticada pelos negros - divisão compulsória, portanto - agora é acionada no contexto competitivo, reservando-se para o Negro apenas aquilo que o Branco, por uma série de razões, descarta ou despreza. (MOURA, 1983, p. 127)

Se Quijano (2005) e Moura (1983) reconhecem a centralidade do racismo e seu papel estruturante para as economias e sociedades latino-americanas (no caso de Moura, especificamente, para brasileira), e apontam para a importância de levá-lo em consideração ao se analisar as relações existentes entre capital-trabalho, o mesmo é feito por Silvio Almeida (2021). Para este autor, o racismo é estrutural, sendo basilar para a compreensão das dinâmicas socioeconômicas existentes, no Brasil e no mundo, e é determinante para as relações existentes entre capital e trabalho (ALMEIDA, 2021). O diferencial

de Silvio Almeida, em relação aos outros dois autores, é que ele associa o racismo à superexploração do trabalho, apesar de não desenvolver este tópico em seu livro *Racismo Estrutural*:

Poder-se-ia dizer que o racismo normaliza a superexploração do trabalho que consiste no pagamento de remuneração abaixo do valor necessário para a reposição da força de trabalho e maior exploração física do trabalhador, o que pode ser exemplificado com o trabalhador ou trabalhadora que não consegue com o salário sustentar a própria família ou o faz com muita dificuldade, e isso independentemente do número de horas que trabalhe. A superexploração do trabalho ocorre especialmente na chamada periferia do capitalismo, onde em geral se instalou uma lógica colonialista. O racismo, certamente, não é estranho à expansão colonial e à violência dos processos de acumulação primitiva de capital que liberam os elementos constitutivos da sociedade capitalista. (ALMEIDA, 2021, p. 172)

Em essência, entende-se que o racismo é estruturante das economias e sociedades latino-americanas (ou do próprio sistema capitalista mundial, tal como defendido por Quijano e Almeida) e possui impactos diretos sobre as dinâmicas existentes entre capital-trabalho nos países da América Latina, tal como demonstrado e argumentado por Quijano (2005); Almeida (2021) e Moura (1983). Essas concepções e análises asseguram condições teóricas de articularmos os estudos sobre o racismo e seus efeitos com a Teoria Marxista da Dependência, tal como faz Almeida (2021, p. 172), que apresenta a existência de uma relação direta entre racismo e superexploração da força de trabalho.

A partir das obras dos autores citados, e levando-se em consideração outras obras que versam sobre processos históricos de marginalização e inferiorização de populações devido a sua raça e características fenotípicas, entendemos que o racismo constitui-se enquanto um elemento basilar da situação econômica-dependente. Em nossa concepção, o racismo, “normaliza” a superexploração, pois a inferiorização de pretos e pardos legitima a maior exploração dos trabalhadores (ALMEIDA, 2021), e conseqüentemente cria condições propícias para que os capitalistas superexplorem a força de trabalho nos países dependentes, especialmente aquela formada por indivíduos racionalizados. Os efeitos disso são mostrados, com clareza, nas obras de Moura (1983) e Almeida (2021).

Nesse sentido, entendemos que o racismo, um componente constituinte/estruturante das sociedades latino-americanas, se constitui em um elemento fundamental para a existência e reprodução da superexploração da força de trabalho, sendo, conseqüentemente, fundamental também para a reprodução da situação dependente, conforme demonstrado por Marini (2017).

A partir dessa compreensão, argumentamos em prol de um maior debate entre as teorizações realizadas pela Teoria Marxista da Dependência e os estudos que envolvem questões raciais e racismo na América Latina.

CONCLUSÃO

Este trabalho buscou demonstrar a existência de um campo de pesquisa com grande potencial para o estudo de aspectos socioeconômicos e históricos. Trata-se de pesquisas que busquem inter-relacionar aspectos da dependência com questões envolvendo raça e racismo.

Entendemos que os desenvolvimentos teóricos da TMD, especialmente os realizados por Marini, asseguram uma profunda compreensão das especificidades das economias dependentes latino-americanas e que a centralidade do conceito de superexploração do trabalho torna fundamental o debate sobre

as inter-relações das questões envolvendo a relação capital-trabalho nas economias dependentes com questões envolvendo o racismo, que as impacta diretamente, tal como demonstrado por autores como Moura, Almeida e Quijano. Por esse motivo, argumentamos em prol de um maior debate entre autores que versam sobre dependência e autores que versam sobre racismo; em nossa concepção, a realização de debates neste sentido pode assegurar instrumentos analíticos mais potentes e possibilita uma compreensão mais profunda e concreta das dinâmicas socioeconômicas determinantes da situação econômico-dependente.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Sílvio Luiz de. *Racismo Estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2021.
- MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. *Germinal: Marxismo e educação em debate*, v. 9, n. 3, p. 325–356, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/24648>>. Acesso em: 20 de mar. de 2023.
- MOURA, Clóvis. Escravidão, colonialismo, imperialismo e racismo. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 14, 1983. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20824>>. Acesso em: 2 abr. 2023.
- QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade do poder, eurocetrismo e América Latina”. LANDER, Edgardo (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas latinoamericanas. CLACSO, Buenos Aires, Argentina. 2005